

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.417.150 - MT (2018/0333784-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : RODRIGO MARCAL DE ALMEIDA
ADVOGADOS : TIAGO ANDRÉ VIVAS DA SILVA - MT015981
HUGO PAGOTTO REIS - MT019573
AGRAVADO : ELMO ENGENHARIA LTDA
ADVOGADOS : RODOLFO COELHO RIBEIRO - MT016215
RODRIGO MARÇAL VIEIRA E SILVA - GO031444
ALAN DE AZEVEDO MAIA - GO023947
EDUARDO LUIZ BROCK - MT000000

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por RODRIGO MARCAL DE ALMEIDA em face da decisão acostada a fls. 438-441 e-STJ que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelos ora agravantes.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 351-365 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE - RECURSO DO AUTOR - PREPARO NÃO COMPROVADO NO ATO DA INTERPOSIÇÃO - PRAZO PARA RECOLHIMENTO EM DOBRO - PAGAMENTO NÃO REALIZADO - DESERÇÃO - RECURSO DO RÉU - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - COMPRA E VENDA - BEM IMÓVEL = RESCISÃO - INADIMPLÊNCIA DO REQUERIDO APELANTE - ALUGUEL PELO USO DO IMÓVEL - PAGAMENTO DE TRIBUTOS - ACERTO DA SENTENÇA QUE SEGUE MANTIDA - RECURSO DA AUTORA NÃO CONHECIDO FRENTE A DESERÇÃO E DO REQUERIDO DESPROVIDO. A comprovação do preparo no ato da interposição do Recurso é um dos requisitos extrínsecos de sua admissibilidade. Não há cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide quando a matéria de mérito é unicamente de direito ou sendo de direito e de fato há prova suficiente para o julgamento do processo. A rescisão do contrato de promessa de compra e venda de bem imóvel fundada na falta de pagamento é imperativa quando provado a contratação e não provado o adimplemento pelo comprador. A indenização pelo uso do imóvel é devida frente a efetiva utilização do imóvel pelo demandado, bem assim o pagamento do IPTU, cuja responsabilidade é do promitente comprador no período em que ficou na posse do imóvel.

Nas razões de recurso especial, alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) art. 7º do CPC/15, alegando ter-lhe sido cerceado o direito de defesa; (ii) art. 476 do Código Civil invocando a exceção do contrato não cumprido. Aduziu, ainda, estar configurado o dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões a fls. 422-436 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a corte de origem negou seguimento ao apelo nobre por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada a fls. 447-462 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Sem Contraminuta.

É o relatório. Decide-se.

O recurso não comporta provimento.

1. Não se afigura admissível a alegação de cerceamento de defesa e, tampouco, a de aplicação da exceção do contrato não cumprido. Este Superior Tribunal de Justiça, em sintonia com o princípio da persuasão racional, considera que o juiz como o destinatário final da prova, de modo que caberá ao magistrado decidir a respeito da instrução probatória ou do julgamento antecipado da lide, sendo inviável rever essa decisão em sede de recurso especial, por demandar reexame das provas contidas nos autos.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. POSSIBILIDADE. DÉBITO. COMPROVAÇÃO. DOCUMENTOS HÁBEIS. AUSÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Sendo o nosso sistema processual civil orientado pelo princípio do livre convencimento motivado, ao magistrado é permitido formar a sua convicção em qualquer elemento de prova disponível nos autos bastando para tanto que indique na decisão os motivos que lhe formaram o convencimento, de forma que a intervenção desta Corte quanto a tal valoração encontra óbice na Súmula nº 7/STJ. 3. Não há cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide que, de forma fundamentada, revolve a causa sem a produção da prova oral requerida pela parte em virtude da suficiência dos documentos dos autos. [...] 7. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1188742/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO RECORRIDA. PUBLICAÇÃO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. DANOS MORAIS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. [...] 2. No caso, a avaliação tanto da suficiência dos elementos probatórios, justificadores do julgamento antecipado da lide, quanto da necessidade de outras provas demandaria incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, inviável em recurso especial. [...] 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 875.916/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016).

Segundo os autos, a Corte de origem manteve a sentença que, nos autos da ação de rescisão contratual e reintegração de posse proposta pelo ora recorrido julgou procedentes os pedidos iniciais.

Essencialmente quanto à alegação de cerceamento de defesa em virtude do indeferimento de produção de prova pericial, o Tribunal *a quo* verificou que ser desnecessária, uma vez demonstrado que a autora havia cumprido com suas obrigações contratuais

Cita-se o excerto correspondente (fls. 362 e-STJ, sem grifos no original):

Assim, não há como acolher a tese da exceção do contrato não cumprido, porquanto, como visto, a apelada cumpriu o que pactuou com o apelante. No ponto em exame, aliás, mostra-se relevante a citação de parte da sentença:

»Demais disso, conforme alegado pela parte autora, como poderia um empreendimento instalado há mais de 6 anos, devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal, não possuir os requisitos básicos para a implementação de um loteamento, cofio água, esgoto, iluminação e energia elétrica.

Resta a indagação ainda por qual razão a parte ré que adquiriu o lote em 2012 não se insurgiu antes, somente levantando tal questão em sede de contestação apresentada no ano de 2016, ou seja, 4 (quatro) anos depois. Em tal contexto, lendo sido alegado o inadimplemento, cumpriria à parte cāntrária a comprovação do pagamento, por constituir fato extintivo do direito alegado na inicial, a teor do que dispõe o art. 373, II do Código de Processo Civil.

De tal ónus, porém, não se livrou a parte requerida, pois deixou de produzir eventuais provas do pagamento ou justificativa para não fazê-lo, sendo a rescisão contratual medida que se impõe."

O acórdão impugnado está, portanto, fundamentado no quadro fático singular formado na presente demanda. A revisão do aresto no sentido pretendido pela recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a suficiência de provas do cumprimento das obrigações contratuais. Essas medidas não são possíveis pela via estreita do recurso especial, conforme o enunciado da Súmula 7/STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

2. Do exposto, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator